

Contexto Operacional: A ÂNIMA HOLDING S.A., ("ÂNIMA" ou "Sociedade"), com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob o código ANIM3, que tem por objeto a prestação de serviços de assessoramento, consultoria e gestão a empresas e a participações diretas e indiretas no capital de empresas que atuam em: (a) Administração de instituições de ensino e auxílio às atividades de apoio à educação; (b) Prestação de serviços de ensino em níveis fundamental, médio, superior, incluindo cursos livres, de graduação, pós-graduação, mestrado, doutorado, extensão universitária, especialização, cursos a distância, bem como a realização de pesquisas; (c) Organização de congressos, seminários, palestras, eventos culturais, publicações e serviços de informação na internet, com prestações, provedores de conteúdo e outros, a distribuição de vídeo e de programas de televisão; (d) Portais, provedores de consultoria na área de inovação tecnológica. As controladas diretas e indiretas da Sociedade estão declaradas na Nota Explicativa nº 2.3.2. **Apresentação das Demonstrações Financeiras:** 2.1. **Declaração de conformidade** (com relação às normas IFRS e às normas do CPC): As demonstrações financeiras individuais e consolidadas, identificadas como controladora e consolidado, são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil incluem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC e pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. 2.2. **Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data de aquisição. 2.3. **Bases de consolidação em investimentos em controladas e controladas em conjunto:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle financeiro foi adquirido pelo Grupo, e são interrompidas a partir da data em que o controle termina. Para o exercício findo em 31/12/2019 e exercício findo em 31/12/2018, a Sociedade manteve as seguintes controladas, diretas, indiretas e em conjunto:

Participação %	31/12/19	31/12/18
Controladas diretas		
Brasil Educação S.A. ("Brazil")	100	100
VC Network Educação S.A. ("VC Network")	100	100
INstituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. ("Unimonte")	100	100
PGP Posse Gestão Patrimonial S.A. ("PGP Gestão")	100	100
HSM do Brasil S.A. ("HSM Brasil")	100	100
FGP Educação S.A. ("FGP Educação")	100	100
SOBEPE S.A. ("SOBEPE")	100	100
Dysgu Educacional Ltda ("Dysgu")	100	-
Insegnare Educacional Ltda ("Insegnare")	100	-
Controladas indiretas		
UNA Gestão Patrimonial S.A. ("UNA GP")	100	100
Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. ("Sociesc")	100	100
Unimonte S.A. ("Unimonte")	100	100
Instituto Politécnico de Ensino Ltda. ("Politécnico")	100	100
Instituto Ânima de Extensão Universitária	100	100
Cesuc Educação Ltda ("Cesuc")	100	100
Sociedade Catalana de Educação Ltda ("Catalana")	100	100
AGES Empreendimentos Educacionais Ltda ("AGES")	100	100
Vidam S.A. ("Vidam")	100	100
Controlada em conjunto (joint venture)		
The Cordon Blue Ânima Ltda. ("LCB")	50	50
Coligada		
Universidade Virtual Brasileira ("UVB")	10	10

A controlada Instituto de Educação e Cultura Unimonte S.A. ("Unimonte") teve sua denominação social alterada para Instituto de Educação, Cultura e Ensino Superior S.A. na AGE de 8/07/2019. A controlada Sociedade de Educação Superior e Cultura Sociesc S.A. ("Sociesc") teve sua denominação social alterada para Sociedade de Educação Superior e Cultura Brasil S.A. na AGE de 27/09/2019. **2.4. Restruturização Societária:** CESUC - Na reunião de sócios realizada em 01/10/2019, aprovou-se a cisão parcial da Cesuc Educação Ltda., com versão do acervo cindido para a Sociedade Catalana de Educação Ltda.. A cisão parcial implicou na redução do capital social da Cesuc, que passou a ser R\$ 61, e em um aumento do capital social da Catalana, que passou a ser R\$ 2. **2.5. Comparação a 2018:** A demonstração do resultado líquido consolidado em 31/12/2018 não inclui o resultado líquido consolidado em 31/12/2018 e Catalana, que passaram a ser consolidadas a partir de 01/08/2018. Também não incluem os resultados integrais das investidas Ages e Vidam, que passaram a partir de 5/08/2019. A leitura das informações contábeis deve considerar esses aspectos. **2.6. Apresentação de relatórios por segmentos operacionais:** O relatório por segmentos operacionais é apresentado de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais, responsável pela gestão de desempenho dos segmentos operacionais, que é o Conselho de Administração. **2.7. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em reais - R\$, que é a moeda funcional de apresentação da Sociedade. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.8. Demonstração do valor adicionado:** A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado da Controladora e no Consolidado, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência disso, a DVA está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras. **2.9. Aprovação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras foram aprovadas e autenticadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 10/01/2020. **3. Políticas Contábeis e Declaração de Relevância:** As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, e foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados para a Controladora e suas Controladas. A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a Orientação Técnica COPC 7 e Deliberação CVM nº 727/14, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração da Sociedade afirma que todas as informações relevantes estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão do negócio. **4. Adoção das Novas Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS):** 4.1 IFRS 16 / CPC 06 (R2) - Arrendamentos: A norma IFRS 16 / CPC 06 (R2) foi aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 01/01/2019. Esta norma possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, onde os arrendatários reconhecem o ativo e o passivo de arrendamento no balanço, e o locador reconhece o ativo e o passivo de arrendamento para todos os contratos de arrendamento, a menos que os contratos apresentem as seguintes características que estão no alcance da isenção da norma: • Prazo inferior ou igual a doze meses; • Valor do bem imaterial; • Base em valores variáveis; • Prazos indeterminados; e • O controle ou gestão do bem não é transferido para o arrendatário. A Sociedade e suas controladas avaliaram os potenciais impactos em suas demonstrações financeiras decorrentes da adoção inicial da norma IFRS 16 / CPC 06 (R2). Essa avaliação foi segregada nas seguintes etapas: • Levantamento de contratos; • Definição de ativos e passivos; e • Impactos na adoção inicial. **4.1.1 Abordagem de transição:** A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Essa abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial, uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes para a adoção de 4.1.2 taxa de desconto. A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos em lucros e prejuízos por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo. **4.1.3 Impactos na adoção da norma no exercício de 2019:**

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Mensuração inicial	2.85	2.85	-	47.912	47.912	-
Adição e remensuração	88	88	-	137.628	137.628	-
Baixa	-	-	-	(27.288)	(26.365)	(923)
Pagamento	-	(674)	-	-	(100.513)	-
Amortização	(500)	-	(500)	(56.774)	-	(56.774)
Despesa financeira	-	318	(318)	66.511	-	(66.511)
Resultado em 31/12/2019	2.446	2.340	511.538	551.138	551.138	1.114.432

4.1.4 Aspectos relevantes: Em 18/12/2019, a Comissão de Valores Mobiliários - CVM divulgou o Ofício Circular 2/19, orientando aspectos relevantes a serem observados na elaboração das demonstrações contábeis para o exercício em questão. Apresentamos abaixo algumas análises: Conforme exigência do CPC 06 (R2) apresentamos, no quadro abaixo, a análise de maturidade dos contratos:

	Controladora			Consolidado		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
2021	-	-	-	355	42.874	-
2022	-	-	-	400	44.907	-
2023	-	-	-	450	42.144	-
Após 2024	-	-	-	781	364.781	-
Total	-	-	-	2.287	500.645	-

O objetivo de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, a companhia apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 4,04% ao ano para 2019, 3,61% ao ano para 2020, 3,75% ao ano para 2021 e 3,50% ao ano para anos posteriores a 2022, conforme boletim Focus. Apresentamos na seguinte "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

O objetivo de assegurar a qualidade das informações prestadas nos seus relatórios financeiros, bem como a plena observância dos princípios gerais a serem aplicados quando do uso de técnicas de Fluxo de Caixa Descontado - FCD para fins de mensuração contábil, a companhia apresenta abaixo quadro comparativo com os saldos do passivo de arrendamento, do direito de uso, da despesa financeira e da despesa de depreciação do exercício, projetando a inflação de 4,04% ao ano para 2019, 3,61% ao ano para 2020, 3,75% ao ano para 2021 e 3,50% ao ano para anos posteriores a 2022, conforme boletim Focus. Apresentamos na seguinte "Com inflação" comparado com os montantes registrados, na coluna "Sem inflação".

	2019			2018		
	Sem inflação	Com inflação	% Variação	Sem inflação	Com inflação	% Variação
Direito de uso líquido	551.238	548.869	3%	555.239	552.551	5%
Despesa de amortização	(56.774)	(57.821)	1%	(66.511)	(67.466)	1%
Despesa financeira	(66.511)	(67.466)	1%	-	-	-

Pode-se verificar que a mensuração feita pelo valor presente das parcelas esperadas acrescido da inflação futura projetada não gera distorções significativas no passivo e direito de uso, cujo efeito líquido representa menos de 1,5% do patrimônio líquido consolidado da companhia e suas subsidiárias. **4.2. Adoção da Norma IFRS 17 - Incerteza sobre tratamento de tributos sobre o lucro:** O objetivo de esclarecer como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributos sobre o lucro. A Sociedade e suas controladas devem reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável, bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinadas, aplicando esta interpretação. Esta interpretação foi aprovada em 21/12/2018 e entrou em vigor em 01/01/2019. A Sociedade e suas controladas não identificaram impactos em relação às práticas contábeis adotadas atualmente. **4.3. Novas normas interpretadas não efetivadas:** Certas normas e alterações às normas serão efetivadas após 01/01/2020, e a aplicação antecipada é permitida, entretanto, a Administração da Sociedade não adotou antecipadamente as seguintes novas normas ou alterações abaixo, em virtude de não ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis consolidadas: • Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS; • Definição de um negócio (alterações do IASB/IFRS 3); • Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8); • IFRS 17 contratos de seguros; 8. Combinação de Negócio: Política contábil: O método de aquisição da controlada pelo controle é transferido para a Sociedade. A contrapartida transferida é geralmente mensurada ao valor justo, assim como os ativos líquidos identificáveis adquiridos. **5.1 Aquisição da Manutenção da Faculdade FACED:** 5.1.1 **Contrapartidas transferidas:** Pela aquisição, a "Sociesc" desembolsará o montante total de R\$ 5.500. Em 21/12/2018, o seguinte valor de R\$ 2.800 foi liquidado à título de antecipação. O valor restante de R\$ 2.700 será liquidado da seguinte forma: primeira parcela de R\$ 300 com vencimento em 12 (doze) meses após a data do fechamento da aquisição, e 4 parcelas anuais de R\$ 600, corrigidas anualmente pelo IPCA, com vencimentos a cada período de 12 (doze) meses após a data do vencimento da primeira parcela. O valor presente desta operação é de R\$ 5.107. Os resultados econômicos e o controle das atividades foram transferidos à "Sociesc" a partir de 01/01/2019, data em que ocorreu o registro e transferência do acervo de bens materiais e materiais. **5.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição:** A Sociedade e seus consultores avaliaram os saldos de ativos e passivos a valor justo e, consequentemente, ao valor final do ágio decorrente da transação.

	Ativos		Valor justo
	Valor dos livros	Ajustes ao ágio (I)	
Outros ativos circulantes	944	-	944
Imobilizado	446	(446)	-
Software de arrendamento	-	-	-
Carteira de clientes	102	(102)	-
Licença	-	-	-
Passivos	-	-	-
Outros passivos circulantes	96	-	96
Passivos não circulantes	15.049	-	15.049
Ativos líquidos adquiridos	1.396	(548)	858

(i) Valores referentes a saldos de imobilizado reconhecidos no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em dezembro de 2019 como ajuste ao ágio por não possuírem condições de uso. (ii) O valor alocado em carteira de clientes tem uma vida útil estimada em 4 anos, e o valor alocado em licença tem uma vida útil indefinida.

5.1.3 Ágio gerado na aquisição:

	Valor adquirido	
	Ativos	Passivos
Contrapartida a ser transferida na aquisição	5.107	-
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	-	(2.428)
Ágio gerado na aquisição	5.107	2.679

5.1.4 Saldo de caixa líquido na aquisição da Manutenção: 21/12/2018

	31/12/2018	
	Ativos	Passivos
(-) Saldos de caixa e equivalentes de caixa adquiridos	(4.1)	-
Desembolso líquido de caixa	2.759	-

5.2 Aquisição da Ages e Vidam: 5.2.1 **Contrapartidas transferidas:** As contrapartidas transferidas pela aquisição da AGES e Vidam pela "Sobepe" ocorreram da seguinte forma: a) Assunção de dívidas das sociedades adquiridas no montante de R\$ 65.242; b) Pagamento de R\$ 49.750 (R\$ 47,58 à vista e R\$ 2.169 em parcelas de R\$ 300 com vencimento em 12 (doze) meses após a data do fechamento da aquisição, e 4 parcelas anuais de R\$ 600, corrigidas anualmente pelo IPCA, com vencimentos a cada período de 12 (doze) meses após a data do vencimento da primeira parcela. O valor presente desta operação é de R\$ 5.107. Os resultados econômicos e o controle das atividades foram transferidos à "Sociesc" a partir de 01/01/2019, data em que ocorreu o registro e transferência do acervo de bens materiais e materiais. **5.2.2 Ativos adquiridos e passivos reconhecidos na data de aquisição:** A Sociedade e seus consultores avaliaram os saldos de ativos e passivos a valor justo e, consequentemente, ao valor final do ágio decorrente da transação.

	Ativos		Valor justo
	Valor dos livros	Ajustes ao ágio (I)	
Caixa e equivalentes de caixa	1.041	-	1.041
Outros ativos circulantes	1.079	(259)	820
Imobilizado	210	-	210
Intangível:	-	-	-
Carteira de clientes	619	(549)	70
Licença	-	-	8.102
Marca	-	-	37.611
Passivos	-	-	-
Passivos circulantes	48.105	-	48.105
Passivos não circulantes	15.049	-	15.049
IRRF diferido passivo	-	21.020	21.020
Ativos líquidos adquiridos	(32.481)	(774)	40.804

(i) Valores referentes a saldos de FGEDUC e imobilizado e intangível existentes no balanço de abertura, e que foram reconhecidos em dezembro de 2019 como ajuste ao ágio. (ii) O valor alocado em carteira de clientes tem uma vida útil estimada em 2,5 anos; o valor alocado em carteira de clientes Medicina tem vida útil estimada de 4 anos; e o valor alocado em licença tem vida útil indefinida.

5.2.3 Ágio gerado na aquisição (estimativa preliminar):

	Valor adquirido	
	Ativos	Passivos
Contrapartida a ser transferida na aquisição	133.232	-
(-) Valor patrimonial de passivos / (ativos) líquidos adquiridos identificados	-	(7.549)
Ágio gerado na aquisição (Estimativa preliminar)	133.232	7.549

	Controladora		Consolidado	
	31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
Caixa e Banco	60	724	11.795	17.007
Aplicações financeiras - Operações	3.297	74.913	19.757	82.500
Total da caixa e equivalentes de caixa	3.357	75.637	31.552	99.507
Aplicações financeiras - Investimento	86.764	878	151.042	85.924
Total das aplicações financeiras	86.764	878	151.042	85.924

Os valores de caixa são representados pelos valores em caixa, contas correntes bancárias e aplicações financeiras de curto prazo e alta liquidez, cujo vencimento original é igual ou menor que 90 dias e que têm risco insignificante de variação no valor justo. As aplicações financeiras são representadas por Certificados de Depósito Bancário (CDB) e fundos de investimentos exclusivos, com liquidez imediata, que têm por objetivo investir em ativos financeiros de renda fixa, de baixo risco, que busquem acompanhar as variações das taxas de juros praticadas por cartéis e às respectivas interbancárias - CDI, cuja rentabilidade dos últimos doze meses esteve entre 91,83% e 98,71% do CDI. **7. Contas a Receber:** **Política contábil:** O contas a receber representa os valores nominais dos títulos acrescidos, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias em base pro rata temporis, deduzidos da provisão para perdas estimadas, que é calculada em montante consistente suficiente pela Administração para fazer frente a eventuais perdas na realização dos créditos com base na análise da carteira de clientes. A Sociedade e suas controladas adotam como política contábil a base dos títulos vencidos acima de dois anos, embora continuem os esforços para seu recebimento.

	Consolidado		31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
Contas a receber mensalidade (a)	234.386	-	205.719	234.386	-	205.719
FIES - financiamento estudantil (b)	31.730	-	32.508	31.730	-	32.508
Financiamentos (c)	44.397	-	44.397	44.397	-	44.397
Eventos	12.449	-	12.449	12.449	-	12.449
Aluguéis, serviços e outros	30.108	-	21.556	30.108	-	21.556
Total	353.070	-	301.276	353.070	-	301.276
Provisão para perdas estimadas - exceto FIES (d)	(114.229)	-	(103.712)	(114.229)	-	(103.712)
Provisão para perdas estimadas - FIES (e)	(25.495)	-	(23.481)	(25.495)	-	(23.481)
Total	(139.724)	-	(127.189)	(139.724)	-	(127.189)

Total geral contas a receber

	Consolidado		31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final	Saldo inicial	Movimentação	Saldo final
Ativo circulante	213.346	-	174.083	213.346	-	174.083
(a) Referem-se a mensalidades, negociações efetuadas através de boletos, empresas de cobrança, cheques pré-datados, cartões de créditos e cheques devolvidos. (b) Referem-se a mensalidades financiadas pelo programa governamental FIES - Fundo de Financiamento Estudantil e comissões (FGEDUC, FG-FIES e agente financeiro). O FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação repassa estes valores através de créditos que são utilizados para compensação de impostos e contribuições federais, podendo, ainda, estes créditos serem recomprados pelo Fundo. (c) Referem-se a mensalidades financeiras, líquidos do ajuste a valor presente, onde o aluno paga entre 33% e 65% do valor nominal de sua mensalidade durante seus estudos e o restante após formado até completar o dobro do tempo do curso. As taxas de financiamento podem variar entre 0 e 3% a.a. conforme a modalidade do contrato do aluno, mais correção pela inflação. (d) A Sociedade e suas controladas constituem provisão para perdas estimadas através de uma análise para cada cliente por carteira e às respectivas federais, estaduais e municipais, com base no histórico de inadimplência, as negociações em andamento e as perspectivas de recebimento futuro em um cenário conservador. Nessa metodologia, a cada faixa de vencimento de cada carteira é atribuído um percentual de probabilidade de perda, a qual é recorrentemente provisionada. A administração da Sociedade avalia constantemente a necessidade da alteração nos percentuais de provisão para perda com o objetivo de refletir o impacto causado pelo ambiente econômico das variações das taxas de juros praticadas por cartéis e às respectivas interbancárias - CDI, para os valores gerados no âmbito do FIES. Para contratos não cobertos pelo FGEDUC e os 10% dos contratos cobertos pelo FGEDUC, é constituída uma provisão de 6% sobre o valor financiado. O saldo de contas a receber por data de vencimento está distribuído conforme segue no quadro abaixo, onde também são demonstrados os percentuais médios de perda estimada das carteiras por faixa de vencimento utilizados na política de provisões:						

	31/12/2019		Saldo líquido	% (*)
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas		
FIES	31.730	(25.495)	31.730	14,87%
A vencer	29.010	-	29.010	(11,93%)
Vencidos:				
De 0 a 90 dias	59.129	(15.053)	54.076	20,66%
De 91 a 180 dias	27.115	(9.830)	27.285	8,10%
De 181 a 360 dias	38.786	(24.505)	14.281	6,69%
De 361 a 720 dias	63.486	(55.239)	8.247	3,01%
Total	353.070	(139.724)	213.346	100%

(*) Referê-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento. Refere-se à moeda funcional de apresentação da Sociedade.

	31/12/2019		Saldo líquido	% (*)
	Saldo do contas a receber	Provisão para perdas estimadas		
FIES	31.730	(25.495)	31.730	14,87%
Perda de crédito FIES	29.010	-	29.010	(11,93%)
Cartão de crédito	69.175	(8.999)	60.176	26,51%
Vencidos:				
De 0 a 90 dias	55.463	(13.823)	41.640	23,92%
De 91 a 180 dias	27.130	(10.290)	26.840	9,67%
De 181 a 360 dias	42.450	(24.565)	17.885	9,12%
De 361 a 720 dias	52.770	(47.132)	5.638	3,24%
Total	301.276	(119.839)	181.437	100%

(*) Referê-se ao percentual de participação em relação ao total do contas a receber por faixa de vencimento. A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Saldo inicial	Resultado do exercício	Saldo inicial	Resultado do exercício
Provisão para crédito de liquidação duvidosa do exercício	127.193	41.631		

Consolidado						
Saldo líquido em 31/12/2018	Adições	Baixa	Amortização	Combinação de negócio (I)	Saldo líquido em 31/12/2019	
Ágio	344.613	-	-	127.554	472.167	
Marcas e patentes	143.116	-	-	16.111	159.227	
Licença	76.992	-	-	39.397	116.389	
Carteira de clientes	5.340	-	(3.557)	9.936	11.719	
Acordo de não competição	1.481	-	-	(250)	1.231	
Softwares	33.192	26.277	(152)	(13.075)	70	46.312
Desenvolvimento conteúdo EAD	9.174	5.722	(119)	(5.749)	-	9.028
Credenciamento MEC	2.152	825	(387)	(844)	-	1.746
Cessão de uso	1.072	290	-	(240)	-	1.122
Outros	617.132	33.114	(658)	(23.715)	193.068	818.941

(I) As ações identificadas nesta coluna referem-se às adições decorrentes da combinação de negócios proveniente da aquisição de Faced, Ages e Vidam, em 2019, e Jangada, Cesuc e Catalana, em 2018.

14.1 Ativos Identificados em Aquisições: Parte dos ágios pagos na aquisição de controladas foi alocada a ativos identificados identificáveis de vida útil definida e indefinida, após análise dos ativos adquiridos e cálculo de projeção de resultado, conforme demonstrado abaixo:

Consolidado					
Intangíveis amortizáveis			Intangíveis não amortizáveis		
Carteira de clientes	Acordo de não competição	Marcas e patentes	Licença	Ágio	Total Geral
IEDUC	-	34.900	54.600	174.445	263.945
USJT	-	-	-	21.370	81.251
HSM	-	59.872	3.787	45.104	70.404
SOCIESC	-	21.160	3.787	45.104	70.051
FACED	1.231	-	7.255	28.271	37.207
ACAD	588	-	-	2.283	2.871
Polltecnico	-	-	1.779	16.867	18.646
Cesuc e Catalana	2.514	-	6.430	21.291	30.235
Jangada	91	-	3.193	3.899	7.181
Ages e Vidam	8.102	-	16.111	37.611	125.683
FACED e Vidam	424	-	1.736	2.679	4.839
Outras	-	2.804	-	116.389	472.167
Total	11.719	1.231	159.227	472.167	760.734

14.2 Alocação de Intangíveis não Amortizáveis às Atividades Geradoras de Caixa: O ágio de R\$ 472.167,00, compreendendo marcas e patentes foram alocados, para fins de teste de redução ao valor recuperável, às Unidades Geradoras de Caixa ("UGCs"), identificadas de acordo com o segmento operacional, conforme detalhado abaixo:

Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018	
EnsinO	Outros Negócios	EnsinO	Outros Negócios
24.380	28.825	24.380	28.825
83.525	83.525	83.525	83.525
747.783	564.721	747.783	564.721

Em 31/12/2019, ágio, marcas e licenças foram submetidos ao teste de redução ao valor recuperável ("impairment"): Para as UGCs de Ensino e Outros Negócios, estimamos o valor recuperável com base no cálculo do valor em uso, utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro por regime de competência, a questionamentos, nas áreas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações. (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, aos riscos de litígio com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc, a Sociedade assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanharam tal demanda judicial, o risco de perda inerente à mesma é "passivo", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão, respectivamente, o reconhecimento ou reversão de tal provisão. (c) As provisões civis referem-se, principalmente, a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações, dentre outros. (d) Esta provisão refere-se a diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual conforme determinação da Lei 11.096/2005 para as entidades que aderirem ao programa ProUni e transformação da entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal". **Processos classificados como possíveis:**

Consolidado							
31/12/2018		Adições		Combinação de negócio			
Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total	Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total
23.268	8.795	-	32.063	41.965	2.122	6.115	49.305
21.165	2.407	-	23.572	49.305	(459)	-	48.846
50.324	11.166	-	61.490	97.856	3.152	6.115	107.123

Consolidado							
31/12/2017		Adições		Combinação de negócio			
Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total	Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total
35.829	437	8.518	44.784	35.829	437	8.518	44.784
49.304	112	-	50.416	49.304	112	-	50.416
88.280	5.782	8.518	102.580	88.280	5.782	8.518	102.580

Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018	
Circulante	Não circulante	Total	Total
14.375	114.912	155.269	149.331
30.578	348.317	350.102	145.252
27.519	88.507	116.026	113.795
6.340	15.309	21.649	20.968
1.967	9.821	11.788	10.974
22.522	22.522	28.800	21.002
100.490	576.866	677.356	316.070

(a) Em 21/05/2020, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples da Rede de Apoio ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 150.000,00 convertíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a.. O vencimento final das debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses, o pagamento do principal possui uma característica de 24 meses, após esse período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29/05/2020, já o pagamento dos juros ocorrerá anualmente nos dois primeiros anos e, a partir de 29/05/2020, trimestralmente. (b) Em 11/11/2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples da Sociedade ao valor unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$ 350.000,00 não convertíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos Interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,35% a.a.. As debêntures terão prazo de vigência de cinco anos, vencendo em 11/11/2024. O saldo do valor nominal será amortizado semestralmente, sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 11/11/2021. O saldo apresentado das debêntures está líquido de seu custo de captação, que será apropriado no mesmo prazo. As debêntures terão manutenção dos seguintes índices financeiros calculados sobre as demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade:

Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018	
1º Emissão	2º Emissão	1º Emissão	2º Emissão
690.466	690.466	690.466	690.466
140.548	140.548	140.548	140.548
(182.594)	(182.594)	(182.594)	(182.594)
507.872	646.029	507.872	646.029

Resultado Financeiro:

31/12/2019		31/12/2018	
Receita financeira	Resultado financeiro ex. IFRS	Receita financeira	Resultado financeiro ex. IFRS
17.125	(12.417)	17.125	(12.417)
126.292	66.511	126.292	66.511
(59.781)	(59.781)	(59.781)	(59.781)

Lucro (prejuízo) líquido (+) Resultado financeiro líquido (+) Efeito IFRS (+) Depreciação e amortização (=) EBITDA 243.063

(+) Equivalência Patrimonial 2.463

(+) Juros e multas recebidas sobre mensalidades 8.777

(+) Gastos de natureza não recorrente 36.470

(-) Efeito IFRS - Pagamento de aluguel = Ebitda Ajustado 30.072

Líquido Corrente: Ativo circulante 455.922

(-) Passivo circulante 339.926

= Líquido corrente com IFRS 16

(-) Resultado financeiro ex. IFRS 16

= Líquido corrente ex. IFRS 315.298

(-) Liquidez corrente ex. IFRS 1,4

Índice financeiro decorrente do quociente da divisa da dívida financeira resultada pelo EBITDA ajustado, que deverá ser menor ou igual a 3,0 vezes

Índice financeiro decorrente do quociente da divisa do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro, que deverá ser maior ou igual a 1,3 vezes

Índice de liquidez corrente, que deverá ser superior a 1,0.

Índice financeiro decorrente do quociente da divisa da dívida líquida pelo EBITDA ajustado, que deverá ser inferior a 4,00

Índice financeiro decorrente do quociente da divisa do EBITDA ajustado pelo resultado financeiro, que deverá ser superior a 1,30;

Índice de liquidez corrente, que deverá ser superior a 1,20.

(c) Este contrato de empréstimo e financiamento possui cláusulas restritivas ("covenants") conforme abaixo:

Consolidado		Índice	
31/12/2019		31/12/2018	
1º Emissão	2º Emissão	1º Emissão	2º Emissão
2,5	3,4	< 1,2	< 2,75
3,4	1,4	> 1,3	> 1,3
3,2	3,4	< 1,2	< 2,75
3,4	1,4	> 1,3	> 1,3

Consolidado					
Garantias		Taxa média de juros (anual)	Inde-xador	Data de início	Data de término
Debêntures	Finança da Brasil Educação	1% a 1,35%	CDI	29/05/2018	11/01/2024
Capital de giro	Aval cruzado com empresas do grupo e Aplicação Bloqueada	2,20%	CDI	31/01/2013	29/05/2023
Capital de giro	Imóveis do vendedor	5,57%	TFC	13/08/2018	15/06/2020
Capital de giro	Cessão Fiduciária, Recebíveis e Swap Próprio	2,40%	USD(*)	26/08/2015	26/08/2020
IFC	Alienação fiduciária das cotas e recebíveis da Brasil Educação (USJT), aval de todas as subsidiárias; compromisso de permanência específica de 5 diretores e 1 acionista com participação mínima de 25% do capital social na data do contratação.	1,49%	CDI	12/05/2016	15/03/2024
Outros empréstimos	Finança bancária e aval cruzado com empresas do grupo / 100% dos bens adquiridos com o financiamento	8,55% a 19,42%	(a)	10/05/2015	30/11/2026
	Outros empréstimos 100% dos bens adquiridos com o financiamento	3,50%	TJLP	04/12/2013	15/12/2023

(*) A Sociedade gerencia seu risco de volatilidade cambial através de instrumentos de SWAP, conforme descrito na nota 27.1 item (c), onde há o detalhamento das taxas e indexadores dos empréstimos captados para capitais de giro em moeda estrangeira suavizados pela troca por CDI mais taxas fixas de 2,40% a.a.. (I) Os montantes registrados no passivo não circulante para o exercício findo em 31/12/2019 e do ciclo anterior decorrem do vencimento:

Controladora				Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal	Cronograma de Pagamento	Valor Nominal
2021	129.074	163.497	130.813	165.898	170.073	204.615	180.813
2022	106.622	126.922	154.156	189.079	106.622	126.922	154.156
2023	116.303	121.881	121.249	127.354	116.303	121.881	121.249
Total	576.866	656.915	587.031	669.225	576.866	656.915	587.031

16. Obrigações Sociais e Salariais:

31/12/2019		31/12/2018	
Salários	INSS	Salários	INSS
3.144	2.706	20.894	16.918
7.073	6.361	34.815	32.749
1.375	2.162	10.873	10.974
459	417	3.628	3.527

Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Contas a receber	54.907	59.937	611
IEDUC	2.235	1.113	23
Unimote	1.113	626	16.173
SOCIESC	11.566	89	-
Instituto Ânima	-	9.737	-
FACED	834	5	-
Polltecnico	357	5	-
Outros	333	7	-
Total	72.096	9.751	3.933

17. Obrigações Tributárias:

Controladora				Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018		31/12/2019		31/12/2018	
IRRF (a)	PIS e COFINS	Outros	Total	IRRF (a)	PIS e COFINS	Outros	Total
1.728	203	139	2.070	891	23	949	1.063
1.181	1	44	1.186	5.874	1	802	6.681
2.909	139	1	3.049	1.181	4	802	2.068
2.107	1.075	-	3.182	20.594	18.820	-	39.414

(a) Referem-se principalmente a imposto de Renda retido de funcionários.

18. Adiantamentos de Clientes:

Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Adiantamentos de alunos (a)	10.985	10.985	-
Faturamento antecipado de clientes (b)	5.594	3.977	-
Projetos de pesquisa	391	1.919	-
Total	16.980	16.881	-

(a) Referem-se a matrículas e mensalidades recebidas antecipadamente que serão reconhecidas ao resultado de acordo com o regime de competência e ao crédito Praveler, um financiamento educacional por regime de competência de acordo com a prestação de serviço. (b) Referem-se principalmente ao prazo de pagamento para o dobro do normal, reduzindo o valor da parcela mensal. O contrato do crédito é renovado semestralmente entre o Praveler S.A. e o aluno, este perde o vínculo financeiro com a instituição e passa a ter apenas o vínculo com o Praveler. Sempre que é efetuada uma adesão do serviço ou uma renovação do crédito, o Praveler faz o repasse antecipado de aproximadamente 93% do valor financiado no semestre do aluno para as controladas da Sociedade, que registram esses recebimentos por regime de competência de acordo com a prestação de serviço. (c) Referem-se principalmente a recebimentos antecipados de serviços ligados a organização de feiras, congressos e exposições a serem prestados posteriormente ao recebimento. Para esta modalidade as receitas são reconhecidas no momento em que os serviços são prestados.

Consolidado			
31/12/2019		31/12/2018	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Trabalhistas (a)	41.965	2.122	6.115
Tributárias (b)	49.305	(459)	-
Cíveis (c)	5.891	-	-
Total	97.856	3.152	6.115

(a) As provisões trabalhistas são constituídas tendo por base a análise individual das ações, dos pedidos constantes em cada uma das reclamatórias, bem como uma análise jurisprudencial atualizada das causas, e referem-se, principalmente, a questionamentos, nas esferas administrativa e judicial, de iniciativa de funcionários, ex-funcionários, prestadores de serviços ou de autoridades públicas, referentes a horas extras, equiparação salarial, redução salarial, encargos sociais e interpretação sobre as legislações. (b) As provisões para riscos de natureza tributária referem-se, principalmente, aos riscos de litígio com o fisco referente a discussões e interpretações da legislação tributária vigente, nas esferas administrativa e judicial. Na aquisição da Sociesc, a Sociedade assumiu a discussão de passivos tributários relativos a questionamentos do Fisco sobre a imunidade tributária da Sociesc. Na opinião dos assessores legais que acompanharam tal demanda judicial, o risco de perda inerente à mesma é "passivo", o que não ensejaria o provisionamento em uma situação normal. No entanto, seguindo os requerimentos dos parágrafos 23 e 56 do CPC 15, que regulam a avaliação de contingências em combinações de negócio, tal demanda foi avaliada a valor justo no montante de R\$ 49.100 e será mantida assim registrada, a menos que a opinião dos assessores legais passe a indicar risco de perda "provável" que seja superior a tal montante ou que a demanda transite em julgado favoravelmente à Sociesc, eventos que ensejarão, respectivamente, o reconhecimento ou reversão de tal provisão. (c) As provisões civis referem-se, principalmente, a processos movidos por ex-alunos, em relação à discordância de cláusulas de contrato, em relação à cobrança, indenizações, dentre outros. (d) Esta provisão refere-se a diferença da cota patronal de INSS recolhida de forma gradual conforme determinação da Lei 11.096/2005 para as entidades que aderirem ao programa ProUni e transformação da entidade sem fins lucrativos para com fins lucrativos. Esta provisão está sendo recolhida através de depósito judicial e está contabilizada no resultado na rubrica "despesas com pessoal". **Processos classificados como possíveis:**

Consolidado							
31/12/2018		Adições		Combinação de negócio			
Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total	Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total
23.268	8.795	-	32.063	41.965	2.122	6.115	49.305
21.165	2.407	-	23.572	49.305	(459)	-	48.846
50.324	11.166	-	61.490	97.856	3.152	6.115	107.123

Consolidado							
31/12/2017		Adições		Combinação de negócio			
Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total	Trabalhistas (a)	Tributárias (b)	Cíveis (c)	Total
35.829	437	8.518	44.784	35.829	437	8.518	44.784
49.304	112	-	50.416	49.304	112	-	50.416
88.280	5.782	8.518	102.580	88.280	5.782	8.518	102.580

21. Patrimônio Líquido: a) Capital social: Em 25/10/2019, por meio de Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado aumento de capital social da Sociedade mediante emissão de 1.652.500 ações, pelo preço de R\$21,18 reais cada, totalizando R\$ 35.000. Consequentemente, o capital social subscrito e pago em 31/12/2019 é composto por 1.652.500 ações, em 31/12/2018, o mesmo. (b) **Reservas de capital:** Para o exercício findo em 31/12/2019, o saldo da reserva de capital é de R\$ 34.314 (R\$5.946, em 31/12/2018). O saldo refere-se, principalmente, à constituição de remuneração baseada em ações, conforme descrito na Nota Explicativa nº 26.2. **d) Ações em tesouraria:** Em 31/12/2019, o saldo de ações ordinárias em tesouraria é de 922.516 ações ordinárias no montante de R\$10.022 (923.761 ações ordinárias no montante de R\$ 15.642, em 31/12/2018). Em 31/12/2019, realizamos o cancelamento de ações em tesouraria, conforme deliberação do conselho, no montante de R\$ 5.576. **e) Reserva de lucros:** (i) **Reserva legal:** A Sociedade deve destinar 5% do lucro líquido apurado no exercício até 20% do capital social, optativa quando a reserva legal somada às reservas de capital ultrapassar 30% do patrimônio líquido. Para o exercício findo em 31/12/2019, o saldo de reserva legal é de R\$ 18.791, o mesmo apresentado em 31/12/2018. (ii) **Reserva de retenção de lucros:** É representada pelo lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal dos dividendos mínimos obrigatórios. Conforme estatuto social da Sociedade, estes valores aguardam liberação da assembleia para sua destinação. No exercício findo em 31/12/2019, a Sociedade apresentou prejuízo que foi absorvido pela reserva de retenção de lucros, apresentando o saldo de R\$ 214.146 (R\$ 229.309, em 31/12/2018). **f) Dividendos:** Política de distribuição de lucros: A Sociedade adota a seguinte política de distribuição de lucros: (i) dividendos mínimos obrigatórios equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, diminuídos da reserva legal. Para o exercício findo em 31/12/2019, a Sociedade não registrou montantes de dividendo em função de apresentar prejuízo no exercício (R\$ 534, em 31/12/2018). **g) Ágio em transação de capital:** Em dezembro de 2012, a Sociedade adquiriu ações de suas controladas pertencentes aos acionistas não controladores, por meio de contrato de compra e venda. A diferença entre o valor pago e o valor das ações adquiridas foi a operação descrita acima foi reconhecida no patrimônio líquido. **h) Lucro (prejuízo) por ação:** Com base na IAS 33 (equivalente ao CPC 41), a Sociedade deve calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuído aos acionistas controladores da Sociedade e, se apresentado, o lucro ou prejuízo resultante das operações continuadas atribuíveis a esses titulares de ações ordinárias. (i) **Lucro (prejuízo) básico por ação:** O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do resultado atribuível aos acionistas da Sociedade pela quantidade média ponderada de ações ordinárias existentes durante o exercício, excluindo as ações adquiridas pela Sociedade e mantidas como ações em tesouraria, se houver.

Controladora			
31/12/2019		31/12/2018	
Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Lucro (prejuízo) do exercício	(9.593)	2.251	-
Média ponderada de ações ordinárias (em milhares)	77.936	78.823	-
Lucro (prejuízo) diluído por ação	(0,12)	0,03	-

(ii)

devido às suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com o plano anual de negócios da Sociedade previamente aprovado pelo Conselho de Administração. A Sociedade realizou operações de empréstimo em dólares norte-americanos, e contratou um SWAP para garantir a cotação do dólar, com objetivo de mitigar o risco de variação cambial. Esta operação foi designada como hedge de valor justo. Adicionalmente, a controlada HSM Brasil realiza operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, cujo objeto de proteção refere-se à contratação de prestadores de serviços em moeda estrangeira altamente prováveis, e essa operação de derivativo é contabilizada no balanço da controlada da Sociedade pelo valor justo, e os ganhos ou as perdas relacionadas são reconhecidos imediatamente no resultado financeiro. As operações de derivativos possuem os seguintes montantes e condições:

Controladora						
Data de contratação	Data de vencimento	Valor lastreado (USD mil)	Valor (R\$ mil)	Cotação contratada	Ajuste valor justo (R\$ mil)	Taxa Contratada
28/08/2015	26/08/2020	5.633	22.712	3,5600	(2.391)	2,788% a.a. CDI + 1,00% a.a.
Total		5.633	22.712		(2.391)	

Ativo Circulante
(i) Risco de juros - A Sociedade possui empréstimos, financiamentos e debêntures contratados em moeda nacional e subordinados a taxas de juros vinculadas a indexadores (principalmente CDI). O risco relacionado a esses passivos resulta da possibilidade de existirem mudanças nas taxas de juros. A Sociedade não tem contratos firmados de proteção contra esse tipo de risco, contudo, monitora continuamente as taxas de juros de mercado, com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de operações para proteger-se do risco de volatilidade dessas taxas. As taxas de juros contratadas no passivo circulante e passivo não circulante podem ser demonstradas conforme a seguir:

Aplicações financeiras:	Nota explicativa	31/12/2019	31/12/2018
Certificado de Depósito Bancário - CDI	6	(151.042)	(85.924)
Empréstimos e financiamentos:			
Certificado de Depósito Interbancário - CDI	15	665.568	381.784
Derivativos	27.1	(2.391)	(2.751)
TJLP e TR	15	178	1.136
TFC	15	993	-
Outros (*)	15	23.728	13.877
Arrendamento direito de uso	4	555.233	-
Titulos a pagar:			
INPC	19	35.456	36.038
Média INPC/IGPM/IPCA	19	38.774	44.105
TR	19	11.860	14.567
Média IGPM/IPCA	19	3.442	4.341
IPCA	19	2.541	-
Outros (*)	19	48.475	-
Total		1.232.815	407.173

(*) Empréstimos e financiamentos sem indexador. **27.2 Gestão de capital:** A Sociedade e suas controladas administram seu capital, para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A Administração revisa periodicamente a estrutura de capital da Sociedade e de suas controladas e considera o custo de capital, a liquidez dos ativos, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento de modo consolidado por meio da utilização do índice de alavancagem financeira. A seguir, estão demonstrados os índices de alavancagem financeira:

Nota explicativa	Controladora	Consolidado
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019
14	677.356	388.401
4	2.589	555.233
26.1	(2.391)	(2.751)
6	(3.357)	(75.637)
6	(86.764)	(578)
20	587.433	309.435
	690.435	690.435
	85%	47%

27.3 Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial e/ou divulgadas: (a) Valor justo versus valor contábil: Nas operações que envolvem os instrumentos financeiros, foram identificados que os empréstimos, financiamentos e debêntures possuem diferenças entre os valores contábeis e os seus valores justos, por possuírem prazos alongados para a sua liquidação. Os valores justos foram calculados projetando os fluxos futuros e utilizando as taxas de juros adquiridas em cada um dos contratos (Nota Explicativa nº 15.). Trazendo estes valores a valor presente utilizando as taxas médias das captações, em conformidade com as utilizadas pelo mercado. A taxa de desconto utilizada nos passivos financeiros, em 31/12/2019, foi de 4,95% (8,31%, em 31/12/2018). Os valores justos estimados são como seguem:

Controladora					
Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
14	677.356	388.401	690.466	396.797	
4	2.589	-	555.233	-	
26.1	(2.391)	(2.751)	(2.391)	(2.751)	
6	(3.357)	(75.637)	(31.552)	(99.507)	
6	(86.764)	(578)	(151.042)	(85.924)	
20	587.433	309.435	1.060.714	208.615	
	690.435	690.435	690.435	665.249	
	85%	47%	154%	31%	

Controladora					
Nota explicativa	Valor justo	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	
31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018		
14	699.914	690.466	367.698	396.797	
4	555.233	555.233	-	-	
18	119.628	140.548	102.775	99.051	
26.1	(2.391)	(2.751)	(2.751)	(2.751)	
	1.372.384	1.383.856	467.722	493.097	

O Conselho Fiscal da **Ánima Holding S.A. ("Companhia")**, no exercício de suas atribuições legais e estatutárias, examinou: i) as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019; ii) a Proposta de Distribuição de Dividendo; e iii) a Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2020. Com base nos exames efetuados, e considerando ainda o parecer dos auditores independentes, PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, datado de 10 de março de 2020, apresentado sem ressalvas, bem como as informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que os referidos

Aos Administradores e Acionistas **Ánima Holding S.A. Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais da **Ánima Holding S.A. ("Companhia")**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da **Ánima Holding S.A.** e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Ánima Holding S.A.** e da **Ánima Holding S.A.** e suas controladas em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais Assuntos de Auditoria** Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas com um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Nossa auditoria para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi planejada e executada considerando que as operações da Companhia e suas controladas permaneceram substancialmente consistentes com as operações no ano anterior. Considerando esse contexto, nossa estratégia de auditoria e a definição dos Principais Assuntos de Auditoria mantiveram-se substancialmente alinhados aqueles do exercício anterior. Vale destacar ainda que a Companhia e suas controladas procederam à adoção do novo pronunciamento contábil CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases), cujos impactos estão divulgados na nota explicativa 4, o que requeru atenção especial em nossa auditoria. **Porque é um assunto de auditoria: Provisões para créditos de liquidação duvidosa (Nota explicativa 7):** A Companhia e suas controladas revisam periodicamente sua carteira de contas a receber com o objetivo de estimar a necessidade de constituição de provisão para perda por redução do valor recuperável em suas operações. Em 31 de dezembro de 2019, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R\$ 139.724 mil (consolidado), representa 40% do saldo de contas a receber nessa data. A determinação da provisão foi considerada como um dos principais assuntos de auditoria devido à relevância do valor das contas a receber em aberto em 31 de dezembro de 2019 e ao alto grau de julgamento para a determinação das provisões relacionadas ao teste de recuperação da referida carteira de recebíveis. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros, o entendimento com os responsáveis da administração acerca dos critérios e controles utilizados para elaboração da estimativa de risco de crédito, que tem como base a análise do balanço a receber em aberto por faixas de vencimento (aging list). Realizamos testes, em bases amostrais, para conferência da integridade da base de dados utilizada para cálculo das perdas estimadas, bem como recalcularmos, com base nas premissas da administração, a estimativa para perdas ao final do exercício social. Adicionalmente, testamos as premissas da administração, quais sejam, percentuais de perdas esperadas baseados nas perdas históricas com contas a receber nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada período. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação da provisão para perdas sobre créditos de liquidação duvidosa são razoáveis e consistentes com as informações e documentos apresentados. **Porque é um PAA: Avaliação do valor recuperável do ativo intangível de vida útil indefinida (Nota explicativa 13):** A Companhia e suas controladas possuem saldos relevantes de ativos intangíveis de vida útil indefinida para os quais uma análise do seu valor recuperável é necessária pelo menos uma vez ao ano. Esses ativos intangíveis decorrem substancialmente, de combinações de negócios realizadas em anos anteriores e totalizam R\$ 747.783 mil (consolidado), sendo R\$ 472.167 mil registrados como ativo e R\$ 159.227 mil referentes a marcas e patentes e R\$ 116.389 mil referentes a licenças. A avaliação anual de recuperabilidade desses ativos foi considerada um dos principais assuntos de auditoria por envolver o uso de julgamentos críticos e subjetivos, por parte da administração, em relação às projeções de resultados e fluxo de caixa descontados, que dependem de eventos econômicos futuros. A utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e a eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, com consequente impacto nas demonstrações financeiras. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Realizamos os seguintes principais procedimentos de auditoria: Avaliamos a definição pela administração das Unidades Geradoras de Caixa, conforme os critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 01 - "Revisão ao Valor Recuperável de Ativos". Com o apoio dos nossos especialistas internos em avaliação, verificamos a coerência lógica e aritmética das projeções de fluxos de caixa, bem como testamos a consistência

(b) **Hierarquia do Valor Justo:** Para o exercício findo em 31/12/2019 e o exercício findo em 31/12/2018, a Sociedade e suas controladas adotaram o nível 2 para os derivativos e para todos os empréstimos, financiamentos, debêntures e títulos a pagar. **27.4 Qualidade do crédito dos ativos financeiros:** A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

Controladora		Consolidado	
31/12/19	31/12/18	31/12/19	31/12/18
72.096	38.667	213.346	174.083
72.096	38.667	213.346	174.083
12	665	4.412	13.983
85.547	75.491	126.836	167.173
7	40	6.947	2.868
-	-	3.224	1.251
4.513	-	2.111	-
90.083	76.196	182.368	185.275

(i) "Rating nacional" atribuído pela agência de classificação de risco Fitch Ratings. O Saldo residual da rubrica "caixa e equivalentes a caixa" e "aplicações financeiras" do balanço patrimonial é dinheiro em caixa. **28. Análise de Sensibilidade:** Segue abaixo o demonstrativo da análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros que podem gerar prejuízos materiais à Sociedade e suas controladas, demonstradas em cenário 1 (indexadores utilizados: CDI - 4,40%, INPC - 4,48%, IPCA - 4,31%, IGPM - 7,32%, TJLP - 6,20%, TR - 0% e TFC 5,57%), considerando um horizonte de 12 meses. Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, portanto, a fim de apresentar 25% e 50% na variação do risco considerada respectivamente.

Controladora					
31/12/2019					
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
CDI	Alta do CDI (90.061)	(3.963)	(4.953)	(5.944)	
Aplicações financeiras					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI 643.045	28.294	35.367	42.441
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI 22.522	991	1.239	1.486
Derivativos	CDI	Alta do CDI (2.391)	(105)	(132)	(158)
Exposição líquida - perda		573.115	25.217	31.521	37.825

Consolidado					
31/12/2019					
Indexador	Risco	Valor	Efeito no resultado		
			Cenário 1 provável	Cenário 2 possível (25%)	Cenário 3 remoto (50%)
CDI	Alta do CDI (170.799)	(7.515)	(9.394)	(11.273)	
Aplicações financeiras					
Empréstimos, financiamentos e debêntures (moeda nacional)	CDI	Alta do CDI 643.045	28.294	35.367	42.441
Empréstimos e financiamentos (moeda nacional)	TJLP	Alta da média 178	6	7	8
Empréstimos e financiamentos (moeda estrangeira)	CDI	Alta do CDI 22.522	991	1.239	1.486
Derivativos	TFC	Alta do TFC 993	55	69	83
Derivativos	CDI	Alta do CDI (2.391)	(105)	(132)	(158)
Titulos a pagar	Média INPC/IGPM/IPCA	Alta da média 38.774	2.082	2.602	3.122
Titulos a pagar	INPC	Alta do INPC 35.456	1.589	1.986	2.383
Titulos a pagar	TR	Alta da TR 11.860	-	-	-
Titulos a pagar	Média IGPM/IPCA	Alta da média 3.442	200	250	300
Titulos a pagar	IPCA	Alta do IPCA 2.541	109	137	164
Exposição líquida - perda		585.621	25.706	32.131	38.556

Para o exercício findo em 31/12/2019, efetuamos a análise de sensibilidade considerando o cenário de "alta dos indexadores", pois é o cenário que mais nos impactaria negativamente no exercício atual por termos mais empréstimos do que aplicações. Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Sociedade e de suas controladas. As taxas utilizadas nas projeções descritas acima foram baseadas na estimativa de CDI, divulgada pela Cetip; do INPC, IPCA, IGPM, divulgados pelo IBGE; TJLP, divulgada pela IDG; e da TR, divulgada pelo BACEN, consideradas pela Administração como fontes externas independentes e confiáveis. Não foi realizada análise de sensibilidade dos impactos da variação do dólar, pois a Administração da Sociedade contratou instrumentos de proteção em montante considerado suficiente, para minimizar os impactos da variação cambial. **29. Cobertura de Seguros:** É política da Sociedade e de suas controladas manter cobertura de seguros para cobrir eventos sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros. Todas as apólices de seguros foram contratadas em sociedades de seguros do mercado brasileiro. Em 31/12/2019, a Sociedade possuía apólices de seguro nas quais estão cobertos, entre outros, incêndios, alagamentos, acidentes de trabalho, danos elétricos, tumultos, quebra de vidros, equipamentos eletrônicos, roubos, queda de raios, explosões, vendaval, impacto de veículos e queda de aeronaves. **30. Demonstrações Dos Fluxos De Caixa - Principais Transações Que Não Afetaram O Caixa:** **30.1 Transações que não afetam caixa:** Para a correta análise das demonstrações de fluxo de caixa para o exercício findo em 31/12/2019, é necessário que sejam avaliadas as transações abaixo descritas, que não afetaram o caixa: (a) No exercício findo em 31/12/2019, foram compensados valores de Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos passivos com créditos tributários diferidos no valor

DIRETORIA	
Marcelo Battistella Bueno Diretor Presidente	André Tavares Andrade Diretor Financeiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

documentos e propostas estão em condições de serem submetidos à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas. São Paulo, 10 de março de 2020.

Carla Alessandra Trematore - Presidente do Conselho Fiscal

Sandra Carusi Guida de Souza - Conselheira

Guillermo Oscar Braunbeck - Conselheiro

RESPONSÁVEL TÉCNICO

Mary Afonso Mousinho
Contadora - CRC/MG 088.391/0-8

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

das informações e principais premissas utilizadas nas projeções de fluxo de caixa (taxa de crescimento de alunos, taxa de desconto, investimentos), mediante a comparação com: (i) orçamentos aprovados pelo Conselho de Administração, (ii) premissas e dados de mercado, e (iii) projeções utilizadas em anos anteriores com os resultados efetivos subsequentes. Recalculamos as projeções considerando diferentes intervalos e cenários de taxas de crescimento e de desconto. Também efetuamos a leitura das divulgações nas notas explicativas. Nossos procedimentos de auditoria demonstraram que os julgamentos e premissas utilizados pela administração são razoáveis e as divulgações consistentes com dados e informações obtidos. **Provisão para demandas judiciais (Nota explicativa 19):** A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, tributária e cível, decorrentes do curso normal de suas atividades. A determinação da possibilidade de êxito nos processos em andamento, assim como a estimativa de perdas prováveis esperadas, envolve julgamentos críticos por parte da administração da Companhia, pois dependem de eventos futuros que não estão totalmente sob o controle da administração. Nesse contexto, o andamento desses processos nas diversas esferas aplicáveis pode sofrer desdobramentos diferentes do esperado pela administração e seus assessores jurídicos. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria incluíam, entre outros, o entendimento sobre os controles internos relevantes que envolvem a identificação e a constituição de passivos contingentes, bem como as divulgações em notas explicativas. Obtivemos, também, o entendimento sobre o modelo de cálculo adotado, o qual considera o histórico de perda em processos de mesma natureza e prognósticos fornecidos pelos assessores jurídicos externos. Efetuamos procedimentos de confirmação com os escritórios de advocacia que patrocinam os processos judiciais e administrativos para confirmar a avaliação do prognóstico, a totalidade das informações e o valor das provisões. Para selecionadas causas mais significativas, discutimos a razoabilidade do prognóstico de perda com o apoio de nossos especialistas, sobretudo as de natureza tributária. Consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração para a determinação das provisões para demandas judiciais, bem como as divulgações efetuadas, são consistentes com as avaliações dos assessores jurídicos. **Contratos de arrendamento (Nota explicativa 4):** Na condução de seus negócios, a Companhia emprega ativos de terceiros cujos direitos de utilização foram obtidos por meio de contratos de arrendamento que, segundo o novo pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases), resultaram no reconhecimento, em 1º de janeiro de 2019, de um passivo de arrendamento e do correspondente direito de uso do ativo. Consideramos esse assunto como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância do valor do passivo de arrendamento e do direito de uso do ativo nas demonstrações financeiras consolidadas, nos montantes de R\$ 555.233 mil e R\$ 531.538 mil, respectivamente, os quais envolvem o uso de premissas com elevado nível de julgamento (prazos de arrendamento, taxa incremental de juros de financiamento, dentre outros aspectos). **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria compreenderam, entre outros: (i) a avaliação dos procedimentos e critérios adotados pela administração no levantamento dos contratos de arrendamento, visando o segregação entre os que têm elementos de arrendamento e os que correspondem a uma prestação de serviço; (ii) o entendimento e teste dos procedimentos aplicados pela administração para a categorização dos contratos de arrendamento e para a segregação dos contratos que se encontram no escopo das isenções previstas no pronunciamento CPC 6 (R2) - Arrendamentos (IFRS 16 - Leases). Para cada uma das categorias de contratos de arrendamento, nossos procedimentos compreenderam: (i) avaliação dos critérios adotados pela administração para definição dos prazos contratuais, tendo como referência cláusulas de cancelamento e renovações; (ii) avaliação dos critérios adotados pela administração para determinação da taxa de desconto (taxa incremental de financiamento) utilizada para a mensuração do passivo de arrendamento; (iii) recálculo, em bases amostrais, de contratos selecionados, para verificar o valor do passivo de arrendamento e o ativo de direito de uso reconhecidos; (iv) leitura e entendimento das divulgações em notas explicativas. Consideramos que os critérios e as premissas adotados pela administração no reconhecimento dos contratos de arrendamento são razoáveis e as divulgações em notas explicativas estão consistentes com as informações obtidas em nosso processo de auditoria. **Outros assuntos: Demonstrações do Valor Adicionado:** As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia e apresentadas como informação complementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração,

investimentos relacionados a projetos de Transformação Digital, focados sobretudo em alcançar melhorias nos processos de prestação de serviços ao aluno.

Fontes de Recursos Previstas:

- Os lucros retidos no montante de R\$ 214.146.000,00 (Duzentos e quatorze milhões, cento e quarenta e seis mil reais), sendo:

Absorção do prejuízo do exercício (9.593.000,00)

Retenção de lucros de exercícios anteriores 229.309.000,00

Dividendos prescritos 6.000,00

(-) Cancelamento de ações ordinárias (5.576.000,00)

Prazo: até 1 ano 214.146.000,00

de R\$6.856 sem efeito caixa; (b) No exercício findo em 31/12/2019, constituímos provisão para risco no valor de R\$37 garantida pelos contratos dos vendedores que preveem o ressarcimento destes valores caso a Sociedade e suas controladas desembolsem algum valor em relação a estes processos; (c) Para o exercício findo em 31/12/2019, foi compensado o montante de R\$1.251 das contas de depósito judicial e contingências, reduzindo ambos os saldos sem afetar o caixa. **30.2 Atividades de financiamento:** A movimentação das atividades de financiamento da controladora e consolidado está demonstrada a seguir:

Controladora				
Debitos partes relacionadas	Empréstimos e financiamentos	Arrendamento direito de uso	Derivativos	
(1.941)	(388.401)	-	2.751	(1.344)
(14.239)	(257.381)	674	-	-
Saldo em 31/12/2018	(1.941)	(388.401)	2.751	(1.344)
Fluxo de Caixa	(14.239)	(257.381)	674	-
Variação sem Caixa:				
Variação cambial	-	(1.920)	-	1.920
Variação derivativos	-	-	-	(1.697)
Movimentação MTM	-	(961)	-	961
Juros	-	(28.693)	-	-
Ajuste a valor presente	-	-	-	(318)
Arrendamento Direito de uso imóveis	-	-	-	(2.945)
Saldo em 31/12/2019	(16.18			